

Planejamento participativo do turismo como estímulo ao desenvolvimento local: uma abordagem teórica

*Milton Augusto Pasquotto Mariani¹
Elionete de Castro Garzoni²
Greice Aparecida Domingos Feliciano³*

Resumo: O presente ensaio visa abordar as implicações teóricas do Planejamento Participativo com vistas ao Desenvolvimento Local de um destino turístico. Para tanto, parte de uma revisão bibliográfica sobre planejamento e sua importância para a atividade turística. Em seguida, a discussão perpassa a questão do Planejamento Participativo, que tem seu foco, bem como seu sucesso, na mobilização e ação dos sujeitos sociais envolvidos, os quais podem ou não comprometer-se com tal processo. Para finalizar, seguem as discussões sobre desenvolvimento e o tão conclamado Desenvolvimento Local, entendendo que ele ocorrerá numa localidade proporcionalmente ao nível de exercício de cidadania e participação de seus moradores. O Desenvolvimento Local se fará presente no destino turístico à medida que diversificados interesses sejam não só expostos pelas diferentes representações, mas também negociados de modo ético entre as partes, que deverão ter como objetivo final o bem estar da coletividade, sempre superior às satisfações individuais ou de categorias.

Palavras-chave: Planejamento Participativo. Desenvolvimento Local. Turismo.

Planejar é ‘preciso’, ou deveria ser...

Entendido como uma premissa para as pessoas que vivem em comunidade, o planejamento, ou ordenamento do espaço, faz parte da história da humanidade desde a Antiguidade. Há registros da organização do território em aldeias que tinham na pesca ou na agricultura suas principais atividades, e, desde aquela época, já eram considerados tanto os aspectos ambientais, como as normas comuns à vivência coletiva (SANTOS, 2004).

Para Ruschmann (1997, p. 83) “o planejamento é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos”, e que visa atender às demandas e necessidades de determinada comunidade a partir do provisionamento

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS. E-mail: miltmari@terra.com.br

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS. E-mail: elionete.garzoni@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS. E-mail: greicefeliciano@yahoo.com.br

de algumas facilidades e serviços. Santos (2004) entende que o planejamento contribui com o desenvolvimento social, já que melhora as condições de uma localidade à medida que atinge as metas programadas para o futuro. A autora busca resumir no texto abaixo diferentes conceitos sobre o tema:

[...] o planejamento é um processo contínuo que envolve a coleta, organização e análise sistematizadas das informações, por meio de procedimentos e métodos, para chegar a decisões ou a escolhas acerca das melhores alternativas para o aproveitamento dos recursos disponíveis (SANTOS, 2004, p. 24).

Verifica-se que o ato de planejar constitui ação precisa e embasada por metodologias específicas, que vêm sendo estudadas e aprimoradas ao longo do tempo. Todavia, conforme recorda Bissoli (1999, p.27), “quaisquer que sejam os métodos e as técnicas utilizados, não se deve esquecer que são apenas instrumentos que orientam em direção às decisões corretas sobre planejamento”. O planejamento, enquanto processo, é constituído por fases ou etapas, que podem ser classificadas conforme o Quadro 1:

Quadro 1. Etapas do planejamento

Reflexão diagnóstica	Fase dos estudos preliminares, quando serão analisados e delimitados os interesses e abrangência do planejamento, definidas as metas e objetivos, e a partir das decisões tomadas, e criado um Plano ou Programa, contendo as propostas de intervenção.
Ação	A intervenção propriamente dita, a partir da implementação e execução do Plano elaborado na fase anterior, acompanhada por roteiros e relatórios.
Reflexão crítica	Avaliação das ações, e conseqüentemente do Plano, com indicações das adequações a serem realizadas no mesmo, ou seja, a tomada de novas decisões.

Fonte: Adaptado de Baptista (1981, *apud* Barreto, 1991, p. 28)

O Plano ou Programa é o documento que baliza as intervenções do planejamento, e deve conter um *diagnóstico*, que apresenta dados do cenário atual do objeto investigado; um *prognóstico*, que é a visão de futuro pretendida para a localidade ou instituição; os *objetivos*, que são os propósitos a serem alcançados de forma qualitativa, e podem ser de curto, médio e longo prazos; e as *metas* ou *indicadores*, que representam a forma quantitativa dos resultados esperados, e constituem importante ferramenta de avaliação do Plano (BISSOLI, 1999).

Santos (2004) diz que o planejamento tem ainda vários ‘sobrenomes’ de acordo com a natureza de seus objetivos, a citar: “planejamento anticíclico⁴”, “planejamento emergencial”, “planejamento físico”, “planejamento tecnológico”, “planejamento ambiental”, entre outros.

Dentre os diversos tipos de planejamento encontra-se o Planejamento Turístico, ou Planejamento do Turismo, uma vez que a atividade turística, como as demais atividades econômicas, necessita ser planejada e estruturada de modo que possa agregar valor à comunidade que tem nela sua fonte de renda, bem como aos atributos naturais ou culturais que tornam a localidade atraente aos olhos dos visitantes.

Bissoli (1999) entende que o planejamento turístico é:

[...] um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e diretrizes com os quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico em que está inserido (BISSOLI, 1999, p. 34).

A autora aponta ainda que são muitos os benefícios de um planejamento bem estruturado e, no caso do turismo, contribui para definir os objetivos para o desenvolvimento da atividade, bem como as formas para alcançá-los; propõe a conservação dos recursos naturais e culturais; integra a atividade local nas políticas regionais e nacionais de turismo; agrega bases para a tomada de decisões de diferentes setores (público, privado e terceiro setor); organiza e equilibra os benefícios econômicos, ambientais e sociais advindos do turismo; provém estrutura física que oriente o desenvolvimento da atividade, bem como estabelece diretrizes para tal desenvolvimento; e oferece um monitoramento constante da atividade turística e seu desenvolvimento (BISSOLI, 1999).

Para Ruschmann (1997, p. 84), é responsabilidade do Estado “zelar pelo planejamento e pela legislação necessários ao desenvolvimento da infra-estrutura básica que proporcionará o bem estar da população residente e dos turistas”. Bissoli (1999, p. 35) concorda que o planejamento deve estar diretamente ligado às políticas públicas de desenvolvimento do setor turístico, e afirma que “o planejamento turístico, processo para o desenvolvimento do turismo, passa por uma vontade política e decisão de todos aqueles que estão empenhados no desenvolvimento do turismo”.

⁴ Visa manter a estabilidade na economia, tentando lidar com variações de mercado.

Ruschmann (1997) entende que o planejamento turístico deve considerar todo o entorno da localidade analisada, dando ênfase às áreas geograficamente semelhantes e não só às divisões político-administrativas, uma vez que as decisões tomadas e implementadas causarão impactos em toda a região. Isto posto, Bissolli (1999) conclui que um bom planejamento turístico deverá contar com o envolvimento dos sujeitos sociais, que precisam considerar o ambiente como um todo, incluindo os “elementos político, físico, social e econômico”, e estes devem ser vistos como fatores interdependentes no desenvolvimento da comunidade.

Ao utilizar o processo de planejamento, a comunidade pode avaliar os impactos das atividades e dos programas turísticos escolhidos sobre aqueles componentes dentro do ambiente como um todo. O planejamento também permite considerar os efeitos que cada elemento tem sobre os outros e certificar-se do desenvolvimento de um programa de turismo aceitável (BISSOLI, 1999, p. 36).

Para a Embratur (1998), os vários atores devem envolver-se no planejamento e desenvolvimento da atividade turística, quais sejam: “a indústria turística, os defensores do ambiente e a comunidade” com vistas à obtenção de benefícios e melhor qualidade de vida.

Dentre os princípios fundamentais para o desenvolvimento do turismo citados por Sancho (1998, *apud* BISSOLI, 1999, p. 36) estão: “importância do consenso da comunidade local” e “participação da comunidade local”, reforçando seu envolvimento. Bissoli (1999) recorda ainda que “os cidadãos têm obrigação de se envolver com o processo de planejamento turístico da municipalidade”, uma vez que são eles que viverão as causas diretas do desenvolvimento da atividade.

Planejamento e participação: convergências ou antagonismos?

A participação vem sendo cada vez mais estimulada nos processos sociais de planejamento, ainda que num enfoque teórico, uma vez que muitas das políticas públicas lançam mão do adjetivo ‘participativo’, por tratar-se de importante justificativa de legitimação de tais processos.

Participar significa, em essência, “fazer parte”, “tomar parte” ou “ser parte” de um procedimento ou uma ação (BORDENAVE, 1983; TEIXEIRA, 2002; SANTOS, 2004). Por isso Bordenave (1983) entende a participação como oposto à marginalidade, e contribui com a

ruptura da distribuição desigual de benefícios e com o exercício mais equitativo dos direitos e deveres.

Teixeira (2002) recorda que, historicamente, o sistema participativo projeta-se num sistema democrático do final do século passado, que busca aumentar os direitos dos cidadãos. Baquero (2003, p. 85), entretanto, entende que a falta de participação dos brasileiros demonstra que os procedimentos utilizados para tal não conseguem legitimar-se pro si só, uma vez que “o grau de contestação é alto e a participação das pessoas em atividades convencionais (pertencer a partidos, participar de comícios, discutir política, entre outros) é reduzida”. Para Demo (2001, p. 25) essa condição talvez se justifique porque o hábito de participar não faz parte da vida dos sujeitos sociais, quando:

É mais prático receber as coisas dos outros, mesmo porque é um projeto milenar viver às custas dos outros. Em grande parte a história da humanidade é profundamente isto. Na verdade, é uma situação provocada por uma sociedade autoritária e que convive com regimes autoritários. A tal ponto que a participação assusta. Em seu extremo, podemos até encontrar a postura de impedir, por exemplo, o desenvolvimento dos sistemas básicos de educação, para não dar aos interessados a chance de reconhecer seus direitos e de os urgir.

Rocha e Bursztyn (2005) acreditam que a pouca credibilidade nos governantes e nas ações de políticas públicas gera uma falta de interesse da população, que deveria se mobilizar em busca de seus direitos. Martins (2002, p. 52) concorda que os “períodos de pouca ou nenhuma democracia” acabam por dificultar o envolvimento e comprometimento dos sujeitos nas mudanças sociais. Contudo, Bordenave (1983, p. 12) insiste que somente o exercício da participação poderá contrapor esta situação e transformá-la.

A participação é imprescindível na legitimação das decisões políticas que incidem sobre a comunidade da qual se faz parte, entretanto, há uma preocupação quanto aos critérios para definir se o público envolvido é de fato representativo para a decisão a ser tomada.

Todavia, Rocha e Bursztyn (2005) alertam que são muitos os casos onde os processos participativos são usados como meras estratégias de controle e manutenção do poder voltado aos interesses políticos, e os mesmos seriam incentivados em alguns momentos e vetados em outros, visando manter as posições de dominadores e dominados.

Para Barreto (1991) a participação está entre os cinco princípios básicos do planejamento, sendo requerida em “todos os níveis e setores da administração”, enquanto Buarque (2000) define essa modalidade de planejamento como a manifestação de interesse e

comprometimento com o futuro de uma região por parte dos atores sociais diretamente envolvidos.

Beni (2006, p. 63) entende que o modelo de gestão participativa:

[...] pode trabalhar em prol da integração entre as diversas esferas em que atuam os agentes decisórios, mas na democratização da informação e de dados para permitir a construção de uma nova forma de agir, fora dos velhos paradigmas do assistencialismo e do paternalismo, utilizando, em vez disso, um planejamento participativo, integrado e, mais importante, convergente com os anseios da população, sendo um multiplicador do conhecimento, de histórias e de identidades locais.

Molina e Rodriguez (2001, p. 125) ressaltam que no planejamento participativo “o plano é produto da sociedade como um todo, não apenas dos planejadores”, comprometendo os membros da sociedade como seus co-autores.

O planejamento participativo funciona, portanto, como instrumento para alcançar o desenvolvimento local e provocar o comprometimento da sociedade em busca de objetivos comuns. Para Padua, Tabanez e Souza (2003), em se conseguindo o envolvimento efetivo da comunidade interessada, o fortalecimento do poder de reivindicação pode promover o ‘empoderamento’, que foi definido por Boff (1999, *apud* PADUA, TABANEZ e SOUZA, 2003, p. 560) como “[...] a criação de poder os sem-poder ou a socialização do poder entre todos os cidadãos e reforço da cidadania ativa junto aos movimentos sociais”.

Demo (2001, p. 26) resalta que um reflexo do empoderamento é a organização da comunidade na gestão de seu espaço “para gerir seu próprio destino, para ter vez e voz”. Nesse momento são percebidas as relações horizontais de poder e as necessidades reais de cada uma das partes envolvidas serão consideradas nas negociações.

O desenvolvimento como resultado do planejamento participativo

O desenvolvimento, em termos conceituais, é um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores ou uma atitude comparativa com respeito a esse conjunto, sendo esses valores condições desejáveis para a sociedade (BORBA, 2000 *apud* MARTINELLI, 2004, p. 51). Historicamente, está ligado à macro-escala e diretamente relacionado com o crescimento econômico quantitativo e beneficiando a poucos, o que passou a ser questionado nas últimas décadas quanto à dimensão social, política e mais ainda a

ambiental. Passou a associar-se ao desenvolvimento sustentável, como melhoria das condições de vida das comunidades locais através do uso adequado dos recursos naturais para atender as necessidades do homem. Porém, sem comprometer estes recursos no atendimento das necessidades das gerações futuras, havendo uma harmonia e equilíbrio entre os vários aspectos do desenvolvimento (RODRIGUES, 1999).

Para Beni (2007, p. 134-135) a economia mundial vem apontando para três grandes vetores, que são: no *plano econômico*, a globalização e a conseqüente competição internacional; no *plano social*, a regionalização, até como resposta aos efeitos da globalização econômica que obrigam os países a reduzirem seus custos; e no *plano político*, a descentralização, pois cada região necessita de flexibilidade para arranjar seus fatores de produção e tornar-se competitiva.

Coriolano e Silva (2005, p. 138) afirmam que pensar uma região significa comprometer-se na identificação dos processos que tornem possível a reativação de pequenas economias, dinamizar a comunidade local, mediante o aproveitamento de seus recursos endógenos, estimular e diversificar o crescimento econômico, ofertar empregos e melhorar a qualidade de vida das populações residentes.

O simples crescimento econômico de um país, não deve ser confundido com desenvolvimento já que este, pressupõe mudanças qualitativas ao lado do crescimento quantitativo que doa valores materiais e monetários. Com isso, Martinelli (2004, p. 51-52) afirma que o desenvolvimento deve refletir o progresso da sociedade como um todo, em suas múltiplas dimensões e não apenas na sua dimensão econômica, devem-se também considerar as dimensões políticas, as tecnológicas, as sociais, as ambientais e de qualidade de vida da população. Sendo esta última de natureza pluridimensional, já que abarca, entre outros índices, a acesso à educação, às opções culturais, às condições de atendimento médico, à previdência social e ao lazer da população. Isto posto, não se pode mais simplesmente considerar índices isolados, como renda *per capita* ou Produto Interno Bruto para indicar o grau de desenvolvimento de uma sociedade, visto que o complexo sentido do conceito deve abranger toda a expressão do termo humanidade.

Percebe-se que o termo “desenvolvimento” tornou-se comum para inúmeros autores, pois acabam associando-o a progresso material e modernização tecnológica. Rodrigues (1999), alerta que a atividade turística tem sido vista como o novo mito do desenvolvimento, pois o que prevalece é o que pode ser contado (contabilizado) em curto prazo. Entretanto, para

o turismo este termo deve ser visto sob uma nova forma, principalmente quando se trata do turismo em ambiente natural, onde a modernização e o progresso se dão de um modo incipiente e insignificante em relação ao turismo nas grandes cidades.

Como atividade econômica, o turismo assume no atual período histórico uma importância ímpar na economia global. Apesar de não ser uma atividade nova, ou que surge neste início de século, foi após a década de 1970, com o avanço da tecnologia de informação, de comunicação e de transportes, que esta atividade atinge praticamente todos os lugares do mundo e tem significativa importância no comércio internacional (MORETTI, 2001).

Ouriques (2005, p.14) também concorda que o turismo se desenvolveu graças às melhoras das infra-estruturas, quando argumenta que “a expansão do turismo foi também determinada pela substancial melhoria nos sistemas de transportes e comunicações”. A facilidade na mobilização das pessoas ajudou no desenvolvimento de localidades distantes dos grandes centros urbanos, a rapidez na comunicação ajudou a disseminar a vida de pequenas comunidades e suas peculiaridades.

Rodrigues (2002) vê o turismo como uma das alternativas para minimizar a exclusão social, seja através de abertura de novos postos de emprego ou oferecendo oportunidades de ocupação, principalmente no setor informal, para uma massa crescente de desempregados que o mercado informal se mostra incapaz de absorver.

Percebe-se que muitos autores discutem o tema desenvolvimento local, porém a discussão será notada quando alguns deles apontam o discurso de um turismo sustentável. Essa é a preocupação de Seabra (2007, p.11), que aponta a sustentabilidade dos lugares, como:

Locais onde se desenvolve a base econômica local, nos quais comunidades e viajantes dividem o mesmo espaço, num ato solidário em busca do bem comum. Por sua importância econômica e social, o fenômeno estruturador da economia local requer mais uma reflexão sobre o ambiente onde se desenvolve o turismo, em seus aspectos ecológicos, econômicos, sociais, culturais, políticos e componentes materiais e imateriais.

Há exemplos de muitas regiões do mundo, que têm no turismo no espaço natural uma nova opção para o incremento econômico da localidade, além disso, contribui com a fixação do homem no espaço rural. Este é um fator especialmente notado quando se trata de desenvolvimento local, pois quem mais gostaria de desenvolver a localidade se não o

autóctone. Muitas das propriedades rurais buscaram a atividade turística como uma forma para o incremento da atividade econômica.

O patrimônio ambiental é um elemento essencial para o desenvolvimento econômico e em especial turístico, pois este depende da sua apropriação. Ele é extremamente frágil e algumas explorações intensivas o alteram de forma irreversível. Mesmo assim, é preciso considerar sua utilização para o turismo, indispensável para o desenvolvimento socioeconômico de certas regiões, cuidando para que ele não seja consumido inutilmente (RUSCHMANN, 1997).

Blos (2000, p. 203) ainda diz que é preciso a consideração das diversas dimensões constituintes das relações sociais, ou seja, a cultura, a economia e a política e, igualmente, do espaço natural e social. Esta última confirma a capacidade e sabedoria das comunidades locais na identificação dos seus problemas e na tentativa de encontrar soluções originais, com base nas suas experiências. Assim, no campo social, o desenvolvimento deve ser entendido, qualitativamente, como mudança de valores sociais, para melhor. Educação, saúde pública, habitação, alimentação devem ser vistas como investimentos econômicos dentro de uma correta política desenvolvimentista.

Nota-se que há muita discussão a respeito e diversos autores apontam as várias dimensões para se alcançar o tão desejável desenvolvimento para uma localidade, levando benefícios para a população, respeitando os valores e as tradições locais e, mantendo seus recursos naturais. Em suas reflexões sobre o tema, Casasola (2003, p. 82) elucida que “o bom êxito do desenvolvimento supõe o conhecimento do ambiente e o compromisso de estabelecer uma relação racional entre a sociedade e a natureza”.

Martins (2003) mostra que, o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias, etc), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Desta forma, isto implicaria rever a questão da participação dos sujeitos sociais, ou seja, na participação local, que se fundamenta no envolvimento real de todos os envolvidos nos processos de implementação e de gestão, pois é através de seu engajamento efetivo que essa população consegue participar de uma ação global que se torna negociada e implementada (SILVEIRA, 1999 p. 97).

Há pelo menos três princípios, segundo Butler (2002, p. 88), que tornariam o desenvolvimento do turismo mais adequado e atraente para os envolvidos: a) *a aceitação*,

uma comunidade ou destino deveria tornar o desenvolvimento turístico mais aceitável, tanto para os residentes locais quanto para os que utilizam os recursos existentes, do que um desenvolvimento turístico que é imposto de forma segregada e indesejável; b) *a eficiência*, já que a maioria dos profissionais almeja alcançar, e os passos e mecanismos que utilizam o processo de conclusão e aceitação do desenvolvimento serão bem recebidos; c) *a harmonia* em que a sinergia entre os envolvidos é um processo necessário ao desenvolvimento que precisa ser alcançado já que toda a atividade existente gera competição e conflito, então a conquista de harmonia e a falta de conflitos trará um desenvolvimento aceitável e adequado.

Nesse sentido, Beni (2007, p. 138) ainda argumenta que as políticas de desenvolvimento regional devem contemplar e beneficiar democraticamente as comunidades locais, pois, mesmo com programas de integração e desenvolvimento regional, prevalecem as ações de desenvolvimento local, focadas e embasadas na realidade de cada município ou comunidade. Esse desenvolvimento é do tipo endógeno e, se combinado com políticas de procedência exógena, pode potencializar os projetos de desenvolvimento local e regional.

Considerações finais

Considera-se que o planejamento não é apenas uma iniciativa que promove o desenvolvimento em uma localidade. Mas, à medida que ações de um planejamento são tomadas com o objetivo de minimizar os efeitos não desejáveis em consequência de uma atividade como a do turismo, os benefícios daí advindos estendem-se à população local, promovendo a conservação de suas origens, do seu bem-estar e da própria atividade do turismo.

A verdadeira questão que envolve o planejamento participativo e o desenvolvimento de determinada localidade, é que não existirá desenvolvimento local se não houver a participação da comunidade, desta forma, vale ressaltar que quando se fala em participação condiciona-se à esfera qualitativa. Com isso, deve-se criar condições para que a comunidade efetivamente exerça este protagonismo, a partir de sua postura pró-ativa e de co-responsabilidade às decisões tomadas. No turismo vê-se, novas posturas e discursos, colocando a comunidade como peça essencial, assumindo desta forma o papel de sujeito social atuante, sendo eles, os moradores locais que proporcionarão aos visitantes o entusiasmo e a valorização do local que estarão conhecendo.

Uma ação mal planejada ou não controlada como o turismo pode acarretar em problemas e conseqüentemente comprometer o desenvolvimento da região ou localidade, lembrando que só o turismo não desenvolve uma região. O que acontece é que o nível de desenvolvimento da região, é que vai converter o turismo em uma atividade favorável ou não ao processo, e a participação dos sujeitos locais no planejamento turístico é imprescindível para que isto ocorra.

Referências

- BAQUERO, M. **Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 21, p. 83-108, nov. 2003.
- BARRETTO, M. **Planejamento e Organização em Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- BENI, M. C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- _____. Planejamento estratégico e gestão local/regional do turismo. In: SEABRA, G. (org.) **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2007 p.125-150
- BISSOLI, M. A. M. A.; **Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação**. São Paulo: Futura, 1999.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLOS, W. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs). **Turismo rural: lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.
- BUARQUE, S. **Metodologia e Técnicas de Construção de Cenários com Foco Microrregional**. Recife: IPEA, junho, 2000.
- BUTLER, R. W. Problemas e temas de integração do desenvolvimento do turismo. In: PEARCE, D. G.; BUTLER, R. W. (orgs.) **Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- CASASOLA, L. **Turismo e ambiente**. São Paulo: Roca, 2003.
- CORIO, L. N.; SILVA, S. B. M. **Turismo e Geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: UECE, 2005.
- DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- EMBRATUR. **Manual de Municipalização do Turismo**. Brasília: Embratur, 1998.
- MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri: Manole, 2004.
- MARTINS, C. I. D. Dinâmica do setor rural sul-matogrossense. In: MARQUES, H.R.; MARTÍN, J.C. (orgs.). **Territorialidade e o desenvolvimento sustentável**. Campo Grande: UCDB, 2003.
- MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas**. In: Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, Set. 2002.
- MOLINA, S.; RODRIGUEZ, S. **Planejamento Integral do Turismo**. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

- OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência.** Campinas: Alínea, 2005.
- PADUA, S. M., TABANEZ, M. E., SOUZA, M. G. A abordagem participativa na educação para a conservação da natureza. In: CULLEN JR., L., VALLADARES-PADUA, C., RUDRAN, R. (orgs.) **Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre.** Curitiba: Ed. da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003, p. 557-569.
- ROCHA, J.D.; BURSZTYN, M.A. **A Importância da Participação Social na Sustentabilidade do Desenvolvimento Local.** In: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol.7, N.11, p45-52, Set. 2005.
- RODRIGUES, A. B. Turismo local: oportunidades para inserção. In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo Desenvolvimento Local.** São Paulo: Hucitec, 2002.
- RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo e Desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas: Papirus, 1997.
- SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental: teoria e prática.** São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEABRA, G. (org.) **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional.** João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2007.
- SILVEIRA, M. A. T. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo Desenvolvimento Local.** São Paulo: Hucitec, 1999 p. 87-98.
- TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã.** 3 ed. São Paulo: Cortez, Salvador: UFBA, 2002.